Comparação com Genebra e outras praças

Dr Alexander Ressos, TEP
Attorney-at-Law (Switzerland and Germany),
Solicitor (England & Wales and Hong Kong)
Of Counsel, KGP Legal LLC
alexander.ressos@kgplegal.com.sg
www.ressos.com.sg

Responsabilidade das empresas: direito geral e disposição especial

A Suíça introduziu a responsabilidade penal das empresas em 1º de outubro de 2003, por meio do atual artigo 102 do Código Penal. A regra suíça é mais restrita e mais específica do que a abordagem de Singapura. A empresa responde a título subsidiário quando uma infração cometida no seu seio não pode ser imputada a uma pessoa física em razão de deficiências de organização. Para uma lista de infrações que inclui a corrupção e a lavagem de dinheiro, responde a título principal quando não tiver adotado todas as medidas organizacionais razoáveis e necessárias para as impedir. A multa tem um teto de CHF 5 milhões.[1] Singapura, pelo contrário, trata a empresa como pessoa para todas as infrações e atribui-lhe condutas segundo regras gerais. O modelo suíço centra-se na falha organizacional da empresa, ao passo que o modelo de Singapura se centra na conduta das pessoas físicas que agem por ela.

© 2026 Dr Alexander Ressos. General information only, not legal, tax or investment advice. No client relationship is created. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. More information at SingaporeIQ.com and ressos.com.sg.

Ambas as abordagens conduzem a multas legais baixas. A Suíça compensa-as por meio de créditos compensatórios nos termos do artigo 71 do Código Penal, que atingiram US$ 150 milhões no caso da Glencore em 2024. Singapura recorre às penalidades negociadas em acordos de suspensão do processo, como mostram os US$ 110 milhões do caso Seatrium.[2]

A suspensão do processo

A diferença mais visível reside na suspensão do processo. Em agosto de 2019, o Conselho Federal suíço rejeitou uma proposta do Ministério Público da Confederação de introduzir um instrumento inspirado no deferred prosecution agreement norte-americano, com o argumento de que reforçaria o papel já amplo do Ministério Público. Em fevereiro de 2025, a Comissão de Assuntos Jurídicos do Conselho dos Estados pediu ao Conselho Federal, por meio de um postulado, que examinasse as vantagens e as condições de um instrumento desse tipo. Em vez disso, os casos suíços envolvendo empresas são resolvidos por decretos penais sumários, como no caso Gunvor, de 2019, e no caso Glencore, de 2024, ou por julgamento, como no caso Trafigura, decidido pelo Tribunal Penal Federal em 31 de janeiro de 2025.[3]

Singapura seguiu o modelo inglês. O Reino Unido introduziu os acordos de suspensão do processo em fevereiro de 2014, com base no Schedule 17 do Crime and Courts Act 2013, e o Serious Fraud Office celebrou o seu primeiro acordo em novembro de 2015. O Canadá seguiu-o em 2018.[4] A versão de Singapura compartilha a ênfase inglesa na aprovação judicial e na publicação. O seu primeiro acordo surgiu quase uma década depois do primeiro acordo inglês, o que sugere que os órgãos de acusação de Singapura tratam o instrumento como excepcional.

Cooperação e restituição de ativos

No auxílio jurídico mútuo, a Suíça tem um histórico mais longo. O seu tratado com os Estados Unidos data de 25 de maio de 1973 e entrou em vigor em 23 de janeiro de 1977, e a sua Lei federal sobre o bloqueio e a restituição de valores patrimoniais ilícitos de pessoas politicamente expostas está em vigor desde 1º de julho de 2016. O

© 2026 Dr Alexander Ressos. General information only, not legal, tax or investment advice. No client relationship is created. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. More information at SingaporeIQ.com and ressos.com.sg.

caso Abacha, em que a Suíça restituiu mais de US$ 800 milhões à Nigéria entre 2005 e 2009, tornou-a uma referência em matéria de restituição de ativos.[5] Singapura atua por meio do MACMA, do CDSA e dos seus tribunais. Os montantes que restituiu até agora são menores, como mostram os números do 1MDB.

Hong Kong e Dubai oferecem outros pontos de referência. Hong Kong compartilha a tradição de common law de Singapura, ao passo que Dubai construiu uma zona franca financeira com tribunais próprios dentro de um Estado de tradição civilista. Uma comparação detalhada das praças segue no capítulo III da parte K. Para os fins deste capítulo, o ponto decisivo é que Singapura escolheu os instrumentos do mundo da common law, incluindo acordos aprovados por tribunal, publicação e compensação com penalidades estrangeiras, enquanto Genebra continua a apoiar-se nos instrumentos clássicos do processo penal continental.

Em números

Advertência condicional à Keppel: 23 de dezembro de 2017, duas parcelas de US$ 52.777.122,50 cada a Singapura, multa penal global total de US$ 422.216.980. Subornos no caso Keppel: cerca de US$ 55 milhões, de 2001 a 2014. Advertências severas a seis ex-gestores da Keppel: janeiro de 2023. Regime dos DPA: parte 7A do Criminal Procedure Code, ss 149A a 149M, introduzido em 2018. DPA da Seatrium: assinado em 30 de julho de 2025, aprovado em 24 de abril de 2026, publicado na Gazette em 30 de abril de 2026. Penalidade de US$ 110 milhões, dos quais US$ 53 milhões compensáveis com pagamentos brasileiros, custas de S$ 250.000, prazo de três anos. Multa máxima por corrupção nos termos das ss 5 e 6 do Prevention of Corruption Act: S$ 100.000 por acusação. Multa máxima por lavagem de dinheiro cometida por uma empresa nos termos do CDSA: S$ 1 milhão ou o dobro do valor dos benefícios. Bens do 1MDB apreendidos em Singapura: S$ 240 milhões, dos quais S$ 15,3 milhões restituídos à Malásia em setembro de 2018. Caso de lavagem de dinheiro de 2023: cerca de S$ 944 milhões perdidos por dez condenados e S$ 1,85 bilhão entregues por 15 suspeitos no exterior. Pessoas processadas por corrupção em 2025 após investigações do CPIB: 90, das quais 84 do setor privado.

© 2026 Dr Alexander Ressos. General information only, not legal, tax or investment advice. No client relationship is created. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. More information at SingaporeIQ.com and ressos.com.sg.

Notas

1. Ressos, *Genève, place financière internationale*, partie H, chapitre V, section « L'article 102 du Code pénal », com as fontes ali citadas (art. 100quater CP em vigor desde 1º de outubro de 2003, hoje art. 102 CP; multa de no máximo CHF 5 milhões). ↩
2. Ressos, *Genève, place financière internationale*, partie H, chapitre V, com as fontes ali citadas (Glencore International AG, decreto penal do Ministério Público da Confederação de 5 de agosto de 2024: multa de CHF 2 milhões e crédito compensatório de US$ 150 milhões); Government Gazette Notice No. 2439 de 30 de abril de 2026. ↩
3. Ressos, *Genève, place financière internationale*, partie H, chapitre V, com as fontes ali citadas (economiesuisse, dossier politique de 10 de março de 2020; postulado 25.3028 de 25 de fevereiro de 2025); Ressos, *Genève, place financière internationale*, partie H, chapitre V, com as fontes ali citadas. ↩
4. Wikipedia, "Deferred prosecution agreement" (acesso em novembro de 2026): DPAs introduzidos no Reino Unido em fevereiro de 2014 com base no Schedule 17 do Crime and Courts Act 2013; primeiro DPA do SFO em novembro de 2015 (Standard Bank); primeiro DPA do CPS em dezembro de 2023 (Entain); Wikipedia, "Deferred prosecution agreement" (acesso em novembro de 2026): o Canadá adotou disposições sobre DPA em junho de 2018 por meio do Bill C-74. ↩
5. Ressos, *Genève, place financière internationale*, partie E, chapitre I, com as fontes ali citadas (Treaty between Switzerland and the United States on Mutual Assistance in Criminal Matters of 25 May 1973, RS 0.351.933.6, em vigor desde 23 de janeiro de 1977), e partie H, chapitre IV (Federal Act of 18 December 2015, RS 196.1, em vigor desde 1º de julho de 2016); Ressos, *Genève, place financière internationale*, partie I, chapitre IV, citando Public Eye, "Les fonds Abacha (Nigeria)": US$ 808 milhões restituídos pela Suíça à Nigéria entre 2005 e 2009. ↩

© 2026 Dr Alexander Ressos. General information only, not legal, tax or investment advice. No client relationship is created. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. More information at SingaporeIQ.com and ressos.com.sg.

Disclaimer

This article is provided for general information only. It is based on publicly available sources as at its date of publication. These sources have not been independently verified against licences, regulatory registers or the records of the entities concerned. It is not legal, tax, financial or investment advice. Nor is it a recommendation to invest in, transact with or use the services of any entity mentioned. Law and regulation change frequently, so the content may be incomplete or outdated. To the fullest extent permitted by law, Dr Alexander Ressos and the publisher of SingaporeIQ exclude all liability for loss or damage arising from the use of or reliance on this article. Readers should obtain advice on their specific circumstances before acting or refraining from action.

Names and trademarks of the entities discussed belong to their owners and are used for identification only. Their mention implies no endorsement, affiliation or allegation of wrongdoing. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. Corrections and updates: contact@ressos.com.

© 2026 Dr Alexander Ressos. This article may be quoted with attribution to SingaporeIQ (SingaporeIQ.com). Reproduction in full and any commercial use require prior written consent. The Legal Terms at https://singaporeiq.com/legal-terms apply.

Author contact: Dr Alexander Ressos, TEP · contact@ressos.com